

O “CREDO DEMOCRÁTICO” DOS JOVENS UNIVERSITÁRIOS DE SALVADOR: liberdade, igualdade, tolerância e propensão para o diálogo¹

Maria Victória Espiñeira González

INTRODUÇÃO

Este artigo procura analisar alguns valores da cultura política dos universitários de Salvador. Para isso, foi realizada uma consulta a estudantes de quatro universidades: a Universidade Federal da Bahia – UFBA, a Universidade Católica de Salvador – UCSAL, a Universidade Salvador – UNIFACS e a Universidade Estadual da Bahia – UNEB.²

De uma forma geral, considera-se como um dos elementos significativos para o bom funcionamento da democracia o compartilhamento de valores democráticos pela população (Tocqueville, 1998; Putnam, 1996). Isso não significa comungar com a perspectiva neokantiana, de que *“la bondad de las instituciones es hija de la racionalidad de*

los ciudadanos y no sufre desvíos o asimetrías” Accarino (2003, p. 167). Entende-se que os valores atribuem significação cultural a componentes específicos da realidade. Agnes Heller (1985, p. 4) observa que a condição primordial dos valores é o de fazer parte do ser genérico do homem e, como tal, contribuir para enriquecer e explicar os componentes essenciais desse ser genérico.

Entre o conjunto de valores que compõe, em geral, os estudos da cultura política, Bobbio (1996) destaca a “liberdade” e a “igualdade” como portadores de um significado emotivo de característica predominantemente positiva. Contudo esse mesmo autor salienta que, apesar de sua desejabilidade, esses valores não são absolutos, havendo, portanto, possibilidade de sua limitação ou, em outras palavras, formas mais ou menos restritivas do seu exercício.

À parte das questões formuladas especificamente sobre os elementos necessários para o funcionamento da democracia (respeito às regras do jogo, liberdade e igualdade), analisam-se, neste artigo, alguns elementos da cultura política desses

¹ Este texto corresponde a um capítulo revisto e atualizado da tese de Doutorado *“Democracia e Cultura Política dos Universitários Baianos”*, defendida em maio de 2000.

² Entre 1999 e 2003, foram pesquisados 732 universitários da UNIFACS, UFBA, UCSAL e UNEB. Em 2003 voltamos a aplicar as mesmas questões a estudantes do Campus 1 da Universidade Estadual da Bahia-UNEB.

jovens em âmbitos e situações menos diretas.

Assim, no conjunto, foram observados os significados das noções atribuídas a liberdade, igualdade, tolerância ou respeito às diferenças e a propensão para o diálogo. Esses aspectos foram escolhidos por aparecerem de forma recorrente no debate atual sobre as democracias contemporâneas.

LIBERDADE E JUSTIÇA SOCIAL

A ênfase dada à *liberdade*, define uma adesão a uma democracia dentro dos padrões clássicos da teoria liberal,³ enquanto que a valorização da *igualdade* implica uma perspectiva de democracia mais preocupada com as questões sociais. Entretanto, a adesão direta de um indivíduo a um ou dois desses valores, por si só, não seria suficiente, se não fosse especificada, também, a amplitude dada a cada um desses termos. Quanto a isso, Bobbio descreve os empregos alternativos que costumam ser dados, a liberdade – que tanto podem ser negativos como positivos – e a igualdade, que, muito freqüentemente, aparece como justiça.

Os diferentes âmbitos e significados desses termos levaram-nos a trabalhar essa questão de uma forma mais direta, dando ênfase não apenas aos níveis de adesão a esses valores, mas também às formas como eram percebidos pelos entrevistados.

Os universitários consideraram a *igualdade* como um valor fundamental na democracia, situando-o nas primeiras colocações entre os aspectos mais importantes desse sistema. A igualdade de direitos entre negros e brancos, homens e mulheres, pobres e ricos, é plenamente defendida por cerca de 88,1% desses jovens, enquanto os outros 6,7% o fazem de forma parcial. No segundo lugar,

aparece a idéia de “igualdade de oportunidades”. Também aqui o índice de respostas que concorda totalmente com essa dimensão foi elevado (84,5%). Já o número dos que defendem a igualdade de oportunidades, de forma parcial, é de 9,5%.

Em terceiro lugar (mediana 1,657), na indicação dos estudantes, foi citada a igualdade substantiva ou democracia social, que significa acesso à moradia, saúde e educação. Cerca de 81,0% dos estudantes defendem esse direito como elemento central de sua noção de democracia.

Em outras duas questões, fica patente o envolvimento do jovem com o aspecto da justiça social: na primeira, vemos que 82,4% dos entrevistados *acreditam que a Igreja deve se preocupar sempre com a justiça social*, os quais, somados aos os 12,6% que defendem essa posição de forma parcial (às vezes), totalizam 94,9% das respostas; na segunda, 99,2% dos estudantes declaram *que eles se preocupam “sempre” com esse aspecto* (da justiça social). A justiça social ficou, assim, no 1º lugar entre os cinco temas que compreendem o universo de preocupação dos universitários consultados, na frente da violência urbana, violência no campo, futuro profissional e saúde.

Foi formulada, ainda, uma última questão sobre igualdade perante a Lei (se existe uma “lei” para ricos e outra para pobres), visando a perceber como é avaliada a situação da igualdade jurídica existente no país. Cerca de 50,2% dos universitários demonstrou descrença em relação ao tratamento jurídico no país, que é visto como desigual e que privilegia o segmento mais rico da população.

A *igualdade* e a *liberdade* são os elementos que Tocqueville (1998) destaca como pontos de sustentação de um sistema democrático. O igualitarismo isolado, contudo, na visão desse cientista, perderia o seu significado e tenderia a transformar a democracia numa “tirania da maioria”. Essa preocupação, centrada na questão da igualdade, parece derivar da grande penetração que os movimentos pela cidadania – identificada de forma simplificada com a questão dos direitos – obtiveram no país a partir da década de 80.

Apesar da alta adesão dos jovens à noção

³ Para Bobbio (1996, p. 13), “a liberdade é um valor para o homem como indivíduo (razão pela qual as teorias políticas defensoras da liberdade, ou seja, liberais ou libertárias, são doutrinas individualistas, tendentes a ver na sociedade mais um agregado de indivíduos do que uma totalidade), a igualdade é um valor para o homem como ser genérico, ou seja, como um ente pertencente a uma determinada classe, que é precisamente a humanidade (razão pela qual as teorias políticas que propugnam a igualdade, ou igualitárias, tendem a ver na sociedade uma totalidade...)”.

de liberdade, ela aparece apenas em quarto lugar entre os 12 elementos elencados pelos jovens como importantes para a democracia, situada abaixo da “igualdade de direitos”, “igualdade de oportunidade” e “igualdade substantiva”.

A “liberdade de expressão” e a “liberdade política” ocupam o 4º e o 5º lugares, respectivamente, na preferência dos jovens, e a liberdade de expressão aparece como um fator essencial para o funcionamento da democracia para cerca de 78,4% dos consultados .

TABELA 1 - Classificação das noções definidoras da igualdade e liberdade dos jovens universitários pesquisados

Valores	Mean	Classificação
Igualdade de direitos	1.753	1º Lugar
Igualdade de oportunidade	1.704	2º Lugar
Igualdade substantiva (democracia social)	1.657	3º Lugar
Liberdade de expressão	1.647	4º Lugar
Liberdades política	1.619	5º Lugar
Tolerância, respeito as diferenças	833	6º Lugar

N = 612

Fonte: Pesquisa direta. Salvador - 1999

Convém ressaltar o índice elevado de jovens, cerca de 52%, que admitem alguma forma de *censura à imprensa*. Esse número é ainda maior quando a questão se refere a aspectos relativos à moral sexual, em que cerca de 72% dos entrevistados admitem a censura, evidenciando um perfil conservador entre os jovens.

Na classificação entre os demais elementos da democracia analisados, o *direito à greve* se situa apenas em nono lugar, após o da *igualdade*, da *liberdade*, da *participação política*, do *respeito às diferenças*, da *transparência administrativa e financeira do Estado*, do *respeito às decisões da maioria*.

Tomando como referência as definições de liberdade – negativa e positiva – formuladas por Bobbio (1996, p. 50),⁴ diríamos que os universitários

estudados, ao defenderem a intervenção da igreja e da censura nos aspectos da moral sexual, e ao relativizarem a importância do direito à greve, não enfatizam uma concepção de liberdade positiva, ou seja, que qualifique as vontades, ou um livre querer. Percebemos que os estudantes compartilham de um significado emotivo, de característica predominantemente negativa, de liberdade como um valor social, muito embora o significado dessa liberdade esteja voltado para seus aspectos mais formais e simbólicos, como a liberdade de “expressão” e “política”. Esse resultado é muito semelhante ao que obtivemos na pesquisa realizada em 2003 na Universidade do Estado da Bahia –

UNEB, com com alunos do *campus* de Salvador.

TOLERÂNCIA E FUNDAMENTALISMO

O papel da “*tolerância*”, na Ciência Política, pode ser visto por dois enfoques distintos. Como um valor desejável, ela incorpora um compo-

nente ético, sendo retratada como uma forma de concessão dos detentores do poder político de forma mais liberal. Num outro ângulo, essa forma ético-prescritiva é substituída por uma concepção mais realista, em que a coexistência pacífica surge como uma opção necessária quando a hegemonia completa não é possível. Nesse segundo caso, a tolerância significa uma forma de evitar o pior, um confronto em que os resultados finais não podem ser previstos, ou em que o custo para se obter o consenso é muito alto.

Michael Walzer defende a importância da tolerância, afirmando que “*a coexistência exige um acordo politicamente estável e moralmente legíti-*

outros sujeitos. (...) costuma também ser chamada de liberdade como ausência de impedimento. (...) por liberdade positiva, entende-se (...) a situação na qual o sujeito tem possibilidade de orientar seu próprio querer no sentido de uma finalidade, de tomar decisões, sem ser determinado pelo querer dos outros. Esta forma de liberdade é também chamada de auto determinação”

⁴ “Por liberdade negativa, na linguagem política, entende-se a situação na qual um sujeito tem a possibilidade de agir sem ser impedido, ou de agir sem ser obrigado por

mo e isto também é um objeto valioso” (1988, p. 13).

As questões clássicas sobre *tolerância* centram-se sobre a convivência e a atitude para com segmentos políticos opostos, como entre comunistas e neonazistas, grupos étnicos e religiosos. Esses pontos, contudo, são, em geral, estranhos à pauta de temas da maioria da sociedade brasileira. No entanto, numa análise com base numa perspectiva de *sociedade policultural*, o conceito de tolerância pode ser ampliado de forma a constituir um atributo indispensável para a convivência com a diversidade cultural, com a liberdade de opções e com o fluxo de propostas culturais. Uma sociedade dessa natureza, como observa Bauman, se caracteriza por ser “*uma sociedade preparada para negociar continuamente a fronteira móvel entre diferenças aceitáveis de estilos de vida e crimes puníveis*” (1999, p. 200).

Tivemos a preocupação, ao abordar esse aspecto da cultura política, de evitar que a ênfase na perspectiva ético-valorativa do conceito de *tolerância* pudesse contaminar as respostas às questões, de tal modo que deixasse de corresponder à perspectiva real dos seus defensores. Por último,

abordamos a questão da coexistência, principalmente sob o seu aspecto coletivo, entre os grupos e os movimentos sociais.

No nível mais individual, procuramos observar como cada segmento do espectro político “esquerda e direita”, viam os seus oponentes. Os resultados demonstraram um elevado número de avaliações positivas e neutras a respeito dos segmentos, que não se enquadram na ideologia do entrevistado. Esse fato indica uma boa capacidade de coexistência pacífica entre os grupos que constituem a amostra pesquisada.

Também foram formuladas perguntas aos entrevistados sobre o seu grau de aprovação a movimentos associativos, como os de mulheres, estudantes, negros, homossexuais, “sem terra”, etc., e suas posições a respeito da censura dos meios de informação, da importância dada à decisão da maioria e do respeito aos diferentes.

De uma forma geral, os estudantes apresentaram índices positivos nas respostas às questões sobre a aprovação a instituições (partidos, igrejas) e movimentos sociais. Entre esses últimos, destacam-se o antiviolença, o ecológico, o dos sem-teto e sem-terra, o estudantil, o de negros e de mulheres, que obtiveram aprovação igual ou superior a 84% na sondagem realizada.

TABELA 2 - Percentual de aprovação dos jovens universitários aos movimentos sociais, religiões e partidos políticos

Aprovação a(o)	Desaprova	Aprova	Indiferente
Movimento Sindical	9,8	77,9	12,3
Movimento de Bairro	4,7	75,0	20,3
Movimento Estudantil	7,4	87,6	5,1
Movimento Negro	5,6	87,3	7,2
Movimento de Mulheres	5,0	84,0	10,1
Movimento Ecológicos	2,9	92,3	4,7
Movimento Antiviolença	1,5	96,1	2,5
Movimento de Homossexuais	13,6	68,5	18,0
Movimento de Sem Terras	7,5	88,1	4,4
Partidos Políticos	21,2	60,0	18,8
Igreja	24,5	57,5	18,0

N = 612

Fonte: Pesquisa direta. Salvador - 1999

O pior resultado foi em relação à Igreja, que obteve apenas 57,5% de aprovação. O índice é baixo, se considerarmos que Salvador costuma ser representada como uma cidade onde convivem pacificamente diversas expressões religiosas. Contudo, surpreendentemente, observamos que o grau mais elevado de desaprovação (24,5%) ocorre justamente em relação à questão religiosa, que historicamente originou o conceito de tolerância.

As causas desse índice mais baixo de tolerância quanto a esse item não podem ser explicadas pelo posicionamento ideológico dos entrevistados, uma vez que não ocorrem variações significativas nos índices de aprovação à Igreja, em função de seu posicionamento, no espectro esquerda e direita. Ou seja, não verificamos diferenças nos índices de aprovação ou reprovação à atuação das Igrejas entre estudantes de direita e os de esquerda.

Alguns setores conservadores brasileiros costumavam acusar a Igreja Católica de estar se distanciando dos fiéis, devido à sua atuação política estar inspirada na *encíclica "Rerum Novarum"* e estar mais voltada para o apoio e estímulo às lutas populares, conhecida como "teologia da libertação". Essa explicação para a perda de apoio e uma possível reprovação da Igreja por parte da sociedade, no entanto, não se sustenta diante de uma análise mais cuidadosa da questão. A indiferenciação dos graus de aprovação entre os estudantes de esquerda invalida essa explicação, pois, caso contrário, deveríamos obter uma maior aprovação da atuação da Igreja junto aos estudantes de esquerda, o que não ocorre na realidade.

Os baixos índices de aprovação e o crescimento dos níveis de intolerância para com os grupos religiosos podem ser resultado das sistemáticas denúncias feitas pela mídia sobre a atuação de determinados grupos evangélicos, como o da Igreja Universal do Reino de Deus, do Bispo Edir Macedo. Esses grupos estão se tornando alvo de atenção devido a denúncias de elisão fiscal, do seu envolvimento em determinados empreendimentos econômicos e por induzirem seus adeptos a fazerem grandes doações à Igreja, apresentando um caráter excessivamente comercial.

O crescimento do poder político e econômico desses grupos, através da compra de diversos canais de televisão e de rádio, do aumento de seus representantes nas bancadas municipal, estadual e federal, assim como da penetração cada vez mais forte dos chamados evangélicos no meio da população carente, de um modo geral, ocupando espaços tradicionalmente pertencentes a Igreja Católica, levou essa última a buscar estratégias para reverter esse quadro, através da "renovação carismática", como se denomina o movimento que tenta atrair os fiéis.

Ann Mische (1996, p. 27), por exemplo, diz que a "Pastoral da Juventude" vem se preocupando em evitar a ida dos jovens para as igrejas evangélicas, em "equacionar o desenvolvimento pessoal/espiritual com uma inserção efetiva no campo político-social". Percebem-se também mudanças na liturgia da Igreja Católica, com o objetivo de atrair os fiéis. A "renovação carismática", como se denomina esse movimento da Igreja Católica, da mesma forma que a Igreja de Universal do Reino de Deus do bispo Edir Macedo, vem sofrendo críticas nos meios de comunicação, por apresentar um caráter excessivamente comercial.

Nas questões que envolvem a aprovação ou desaprovação dos movimentos sociais, verificamos que os grupos de estudantes "católicos" e os denominados "espíritas" demonstraram um nível de tolerância ligeiramente superior aos que se classificaram como "protestantes". Estes apresentam o menor *índice de tolerância* na questão do respeito às diferenças e, junto com os católicos, defendem mais fortemente a censura nas questões morais, o respeito às pessoas mais velhas e às leis, mesmo que erradas. Apesar de pequena, a diferença encontrada os resultados apresentam uma grande regularidade, repetindo-se ao longo das respostas dos entrevistados às diferentes questões formuladas.

O movimento homossexual não obteve uma boa aceitação, aparecendo apenas no 9º lugar na aprovação dos estudantes. Com cerca de 68,5% das respostas, só superou os Partidos Políticos com 60% e a Igreja com 57,5%. Todos os demais movi-

mentos sociais citados obtiveram graus de aprovação superiores a 77%.

Apesar da participação política dos universitários na maioria dos movimentos sociais analisados ser pouco significativa, como vimos em outra parte deste estudo, eles se mostraram tolerantes em relação à atuação da maioria desses sujeitos coletivos, configurando um tipo de consciência política elevada, mas que não chega a ser suficiente para fazer com que o estudante tome parte deles efetivamente.

Entre as variáveis que interferem nos graus de tolerância, destacam-se, além da religião da qual o estudante faz parte, o aspecto do posicionamento ideológico e o sexo.

Estudantes do sexo feminino exibiram, em todas as respostas sobre o exercício da tolerância, maior disposição para a coexistência pacífica do que os do sexo masculino. Principalmente no que se refere aos graus de aprovação aos partidos, às igrejas, aos movimentos de mulheres, aos movimentos ecológicos, aos movimentos antiviolença

e ao movimento de homossexuais, todos esses com níveis de significância entre .03046 e .0003.⁵

A escolaridade dos pais dos entrevistados, embora não interfira na maioria dos resultados, é bastante significativa quando a questão se refere à tolerância aos movimentos de homossexuais. Filhos de pais analfabetos apresentaram, nessa questão, um índice de tolerância 20 pontos abaixo dos obtidos por filhos de pais com nível de instrução superior.

Embora possamos observar um pequeno aumento nos graus de tolerância entre os estudantes que estão nos últimos anos da Universidade, a experiência acadêmica parece ser pouco significativa para promover mudanças de atitudes dos estudantes, pois os valores de aprovação encontrados nos diversos anos não diferem do ponto de vista estatístico.

A partir desses resultados, podemos supor que a baixa aceitação, observada em relação ao movimento homossexual, de um modo geral, explica-se pelo fato de que normas e regras dos com-

TABELA 3 - Aprovação dos jovens universitários aos movimentos sociais, religiões e partidos políticos, segundo o credo religioso

Aprovação a(o)	Protestantes	Católicos	Espíritas
Movimento Sindical	79,4	89,4	94,6
Movimento de Bairro	93,3	89,1	97,2
Movimento Estudantil	91,2	92,5	97,4
Movimento Negro	88,6	98,0	97,6
Movimento de Mulheres	82,9	98,0	95,1
Movimento Ecológicos	97,1	100,0	97,6
Movimento Antiviolença	97,1	100,0	100,0
Movimento de Homossexuais	44,1	85,7	97,1
Movimento de Sem terras	91,7	94,2	95,2
Partidos Políticos	65,5	73,9	71,9
Igreja	82,4	88,2	68,0

N = 234

Fonte: Pesquisa direta. Salvador - 1999

⁵ Valores de significância dessa ordem (baixos) garantem um grau de confiança maior dos resultados apresentados.

portamentos relativos aos subsistemas do privado e da intimidade parecem ser compartilhadas, ao menos em parte, pelo subsistema político. Segundo Heller e Fehér (1998, p. 114), o novo contexto pós-moderno tende a levar a graus extremos as diferenciações entre as diversas esferas do social, promovendo a substituição de um “*ethos* denso” e comum a todos os subsistemas, por um mais particularizado, desenvolvido a partir de regras e normas específicas para cada subsistema.

Ao mesmo tempo, prevaleceria ainda, em determinados casos, uma espécie de *ethos* comum (não muito denso), que seria o mesmo para os subsistemas privado e político. A maior tolerância em relação ao movimento de homossexuais, demonstrada pelos estudantes dotados de um *ethos* particularizado, como os que integram os grupos religiosos, parece confirmar essa hipótese, uma vez que temos, em geral, níveis de tolerância mais altas entre os espíritas e mais baixos entre os protestantes. O mesmo raciocínio pode ser empregado com relação ao autoposicionamento ideológico do aluno, que constituiria um subsistema particularizado, capaz de influir nos graus de tolerância frente a diversas questões.

Robert Dahl (*apud* Kahn, 1997), estudando a sociedade norte americana em 1961, observou que ela partilhava uma espécie de “acordo genérico” em relação à aprovação de certos mitos da concepção liberal, como as liberdades de imprensa, individual etc. A questão, contudo, consistia na dificuldade de essa mesma sociedade aprovar a extensão desses direitos e privilégios a outros grupos sociais. Uma distribuição de direitos aos diferentes grupos, baseada “em critérios de classe, raça e gênero”, constitui um tipo de ordenamento social hierarquizado, que se torna um grande obstáculo à construção democrática, como ocorre, no Brasil e na América Latina, segundo Evelina Dagnino (1994, p. 108).

Mas, no nosso estudo, constatamos que os valores liberais e igualitários constituem fins culturais para os universitários consultados. Diferentemente da sociedade americana, citada no exemplo de Dahl, eles parecem não dissociar tais valo-

res sociais de sua prática, defendendo a extensão dos benefícios aos demais grupos sociais, como podemos depreender das respostas sobre a justiça social e a igualdade de direitos obtidas junto a esse segmento.

O nível de tolerância dos entrevistados também apresentou alguns limites bem mais demarcados, como na questão da moral sexual e trabalhista, como o direito a greves – que afetaria um segmento específico da população constituído pelos trabalhadores. O direito à greve não obteve um grande destaque entre os elementos citados como fundamentais para o funcionamento do sistema democrático.

Tais elementos nos ajudam a compor um quadro sobre a concepção de democracia desses estudantes. Trata-se de uma noção “*sui generis*”, que contempla elementos de caráter socializante, ao mesmo tempo em que mitifica alguns elementos da concepção liberal. A preocupação com a igualdade de oportunidades mostra uma sensibilidade política dos jovens, numa realidade como a brasileira, em que os índices de desigualdades sociais são bastante conhecidos.

Já a pequena importância atribuída ao funcionamento institucional é um fenômeno preocupante em termos da consolidação da democracia, pois pode vir a favorecer a aceitação de modelos de democracia mais autoritários, como ocorreu durante o governo de Fujimori, no Peru.

Esses resultados são, de certa forma, surpreendentes e aparentemente desenharam um perfil do jovem um pouco menos preocupado com alguns mitos liberais de democracia e mais voltado para sua concretização no nível social. Verificamos, também, que o estudante universitário, ao priorizar a igualdade, afasta-se de outros segmentos da elite política do país, conforme demonstrou uma pesquisa desenvolvida pelo IUPERJ – Instituto de Pesquisa do Rio de Janeiro, em 1994. Ou seja, enquanto essa elite valoriza um modelo de democracia de cunho liberal, os estudantes preferem uma democracia social.

Como salienta Kahn (1997, p. 184), não é uma tarefa muito fácil determinar as implicações

que a aceitação maior ou menor de um desses elementos possa significar no conceito de democracia de um determinado grupo, pois a crença nos valores do sistema democrático são muitas vezes vagas e imprecisas, mas pode revelar alguns padrões de orientação para a ação política.

PROPENSÃO PARA O DIÁLOGO

A idéia de uma democracia dialógica, defendida por Anthony Giddens (1996, p. 130), parte da concepção liberal e das idéias de democracia deliberativa defendidas por Habermas e Miller, às quais o autor não apenas introduz novos elementos, como aborda outros, sob uma nova perspectiva. Como exemplo de reelaborações, podemos citar a questão da tolerância, trabalhada sob a ótica do antifundamentalismo, e a confiança ativa e a difusão de movimentos associativos, principalmente os que se referem a grupos de auto-ajuda, os quais, segundo esse autor:

... podem vir a ter um papel importante na democratização de diversas áreas (...) subpolíticas. (...) Grupos de auto-ajuda tornam-se importantes em muitos contextos nos quais a mudança tecnológica constante, incluindo a desnaturação da natureza, regularmente supera os controles democráticos disponíveis no domínio político formal. (Giddens, 1996, p. 139).

Procuramos observar em que medida podem estar ocorrendo, entre os jovens, uma nova configuração de democracia que comportaria tais requisitos citados.

Entre os elementos valorizados, destacamos o aspecto deliberativo, que sofre um processo de releitura com vistas a ampliá-lo e permitir a introdução de inovações. A prevalência do diálogo sobre as regras, vislumbrada na questão da obediência às Leis, é um exemplo dessa reelaboração conceitual. Tal propensão para o diálogo vai ser reafirmada nas perguntas mais específicas, onde é fortemente defendida pela maioria dos estudantes, principalmente nos aspectos que se referem às relações familiares, afetivas e de trabalho.

No âmbito da vida pessoal e dos relaciona-

mentos puros, esses resultados indicam um certo grau de confiança ativa, uma abertura para o outro, ou a possibilidade da existência de "uma autoridade negociada", proporcionada pelo diálogo, que caracterizaria o modelo teórico de Giddens (1996).

A abertura para o diálogo se mostra ligeiramente menor nos relacionamentos externos à família. Mesmo assim, os valores obtidos são consideravelmente altos, reforçando as conclusões sobre essa nova solidariedade.

No ponto específico das relações com a Igreja, o diálogo é defendido dentro de determinados limites, o que é explicável diante da natureza predominantemente afetiva e comportamental e menos racional próprio às atitudes religiosas.

O sexo dos entrevistados parece não interferir na maioria dos itens sobre a prevalência do diálogo frente às regras. As exceções se dão com relação à igreja e à obediência cega às leis, em que as mulheres mostraram-se mais favoráveis ao diálogo.

Os estudantes que se dizem de direita⁶ apresentam um índice de propensão para o diálogo ligeiramente superior aos que integram a esquerda, mas essa diferença não ocorre quando a questão envolve as relações de trabalho, evidenciando que essa maior abertura para o diálogo por parte da direita apresenta limites bem demarcados, que não ultrapassam as relações da esfera do pessoal, ou seja, não abarcam o mundo das relações de trabalho. Acreditamos que a defesa do diálogo está incorporada ao discurso dos universitários, principalmente naqueles que se situam à direita do espectro político.

Nesse mesmo conjunto de requisitos, percebemos que o respeito às diferenças, tratado separadamente na sessão sobre o exercício da tolerância, também se destaca entre os jovens universitários, ocupando a 6ª posição, atrás apenas dos

⁶ O critério para a classificação no espectro político direita versus esquerda foi realizado com base na auto definição dos entrevistados. Verificou-se posteriormente uma grande afinidade e coerência entre essa auto definição e outros aspectos avaliados ao longo do trabalho (relação com partidos, motivação para o voto, dentre outros)

cinco itens dos valores relativos à igualdade e à liberdade (Tabela 1).

O aspecto da tolerância abarca o conceito de antifundamentalismo, empregado por Giddens na sua definição de democracia dialógica.

No que se refere especificamente ao fundamentalismo de caráter religioso, que é um aspecto abordado pelo enfoque da tolerância, verificamos, em primeiro lugar, que apenas 27,5% dos entrevistados se declarou uma pessoa muito religiosa. Ao mesmo tempo, um terço dos 29,1% que freqüentam reuniões de grupos de Igreja se declararam espíritas, cujo grau de tolerância observado é significativamente superior ao de seus colegas católicos e protestantes. Esses últimos se colocaram mais debilmente a favor do diálogo. Podemos supor, portanto, que existe um nível de antifundamentalismo religioso satisfatório entre os universitários, maior entre estudantes classificados como espíritas.

TABELA 4 - Participação social dos jovens universitários segundo o tipo de atividade

Atividade	Participação
Reuniões de cunho cultural/lazer	39,5
Reuniões de natureza esportivas	29,4
Movimento Estudantil	29,2
Reuniões de cunho religioso	29,1
Reunião de auto ajuda	22,5
Reunião de bairro	09,2
Movimento ecológico	08,7
Partido Político	06,2
Movimento Negro	04,1
Movimento Sindical	03,9
Movimento de Mulheres	03,1

n = 612

Fonte: Pesquisa direta. Salvador - 1999

A adesão e a participação em grupos de auto-ajuda, que, segundo Giddens (1996), representa um elemento importante na constituição de uma democracia dialógica, destaca-se entre os entrevistados, ao ser indicada por 22,5% dos estudantes,

na frente, portanto, do movimento de bairros, movimento ecológico, partidos políticos, movimento negro, movimento sindical e movimento de mulheres, todos com menos de 10 % de participação.

Nos cruzamentos realizados entre o auto-posicionamento ideológico e a participação, verificou-se que o envolvimento com grupos de auto-ajuda é mais acentuado entre os estudantes de direita, com 37,3%, contra os 21,8% observados entre os de esquerda. São também os estudantes que se classificam como espíritas, com 45,2%, que lideraram a participação nos grupos de auto-ajuda. Os católicos e protestantes ficam respectivamente com 32,7% e 32,4%.

Os estudantes do sexo feminino apresentaram um índice ligeiramente superior (26,3%) que seus colegas do sexo masculino (18,3%) em relação à participação em grupos de auto-ajuda.

A possibilidade de se estar fomentando novas solidariedades pode ser avaliada pela intensidade com que o estudante se preocupa com o outro (abertura para o outro). Para 99,2%, a *justiça social* constitui um forte elemento de preocupação. É interessante observar que a justiça social superou a preocupação com o futuro profissional e a saúde física, numa posição nitidamente anti-hedonista e anti-individualista. Mas, na questão da *violência*, o estudante se mostrou particularmente sensibilizado com a violência urbana que o atinge diretamente, enquanto que a violência no campo, provavelmente por se situar mais distante de sua realidade, aparece em último lugar, com 89% de atenção.

De um modo geral, esses dados, juntamente com a defesa do diálogo, como foi visto, caracterizariam uma predisposição para o estabelecimento, na arena da vida pessoal, dos chamados relacionamentos puros, identificados por Giddens no cenário atual. Constatamos, também, que esse fenômeno estaria se configurando mais acentuadamente nos estudantes de direita. O comprometimento com um modelo de democracia de traço dialógico, embora esteja se configurando como uma tendência geral, encontra um campo mais propício

cio para se desenvolver no âmbito ideológico da direita.

É possível identificar, no discurso do estudante universitário, o que Ibáñez (1986) denomina conjunto de representações que, como matrizes, constituem textos implícitos que fazem tolerável e compreensível uma determinada ordem social. Elas envolvem aspectos da vida pessoal, a exemplo da crença no trabalho e no esforço pessoal como o elemento mais importante para vencer na vida, ao ser indicado por 98,4% dos entrevistados, na frente da aparência, com 80,2%, da sorte com 76,4% e do compadrio com 57,4%. Esses dados indicam que o jovem acredita no mito da igualdade de oportunidades, na capacidade pessoal, no mito da sociedade onde os recursos sociais são distribuídos de acordo com a capacidade de cada um.

Vimos, pelo conjunto de respostas analisadas, que o perfil de democracia que se delineia entre os jovens estudados possui fortes laços com a tradição liberal, ao mesmo tempo em que rejeita suas limitações, principalmente as restrições ao igualitarismo. Esse modelo de cultura política se aproximaria, em princípio, das chamadas democracias radicais.

(Recebido para publicação em setembro de 2004)
(Aceito em dezembro de 2004)

REFERÊNCIAS

- ACCARINO, Bruno. *Representación*. Buenos Aires: Ediciones Buena Vision, 1999.
- ALMOND, G. A.; POWELL, G. B.; MUNDT, R. J. *Comparative politics. A theoretical Framework*. 2. ed. New York: HarperCollinsCollege, 1996.
- BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BIGNOTTO, Newton. *Pensar a república*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- BOBBIO, N. *Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995.
- CAMACHO, J. Juventud, solidaridad y voluntariado. *Revista Temas para el Debates*, Madrid, Edita, n. 19, 1996.
- CARDOSO, R. et al. *Etnografia dos aprendizes: jovens e Universidade*. São Paulo: NUPES/CEBRAP, 1993. Mimeo.
- DAHL, R. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.103-115.
- GIDDENS, A. *Para além da esquerda e direita. O futuro da política radical*. São Paulo: UNESP, 1996.
- HELLER, A.; FEHÉR F. *A condição política pós-moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- IBÁÑEZ, J. *Más allá de la sociología*. 2. ed. Madrid: Siglo Veintiuno, 1986.
- KAHN, T. Apatia política e credo democrático. *Lua Nova: revista de cultura e política*. São Paulo, CNPQ/FINEP, n. 39, p. 175-197, 1997.
- LEVI, G.; SCHMITT, J. C. *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- NÚCLEO DE PESQUISA DO ENSINO SUPERIOR DA USP – NUPES. Projeto jovens e universitários. São Paulo: NUPES/CEBRAP, 1993. Mimeo.
- MISCHE, Ann. Redes de jovens. *Revista T & D*, n. 31, abr./jun., p. 23-29, 1996.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- WALZER, M. *Tratado sobre la tolerância*. Barcelona: Paidós, 1998.
- _____. *Esferas da justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.